



# UNIDADE MACRO-FISCAL - UMF

Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul

Banco Central de S. Tomé e Príncipe

**Relatório de Projecção Macroeconómica**

## **Unidade Macro-Fiscal**

A Unidade Macro-fiscal (UMF) foi criada através do Despacho no 81/2019 do Ministro tutelar da área das finanças, composto por um comité técnico intersectorial.

A UMF tem como objetivo assessorar o Ministro referido na formulação e monitorização da implementação de políticas fiscais que esteja em completa harmonia com os objetivos macroeconómicos.

A UMF, não é parte integrante da estrutura organizacional do Ministério de Planeamento, Finanças, Economia Azul (MPFEA), é um comité composto por técnicos das Direcções do Ministério, Planeamento, Finanças e Economia Azul, Banco Central e Instituto Nacional de Estatísticas.

# Relatório de Projeção Macroeconómica de 2022 a 2026

*Setembro de 2023*

## Índice

1. Resumo .....	5
2. Hipóteses e pressupostos técnicos de projeção .....	6
3. Síntese de previsões macroeconómicas – 2022 a 2025 .....	8
4. A economia de STP de 2023 a 2026 .....	9

# 1. Resumo

- S. Tomé e Príncipe atravessa uma das mais profundas crises da sua história recente, reflectida na contração da economia (após anos de desaceleração e crescimento baixos) e alta inflação, quadro coincidente com uma conjuntura externa marcada por sobreposição de eventos adversos, com destaque para a inflação elevada, deterioração das condições financeiras, riscos de polícrises, incertezas e perspectivas de baixo crescimento.
- No horizonte de projecção, 2023 a 2026, as hipóteses do enquadramento externo da economia são-tomense continuam a reflectir o conflito militar entre a Rússia e Ucrânia e disputas geopolíticas, e os seus impactos sobre os preços internacionais do petróleo e bens alimentares. À nível de envolvente interna, incertezas muito assinaláveis relativamente recuperação das reservas internacionais líquidas (RIL) para níveis exigidos, excessivo endividamento interno e acentuada pressão sobre novos endividamentos, fraca resiliência da economia à potenciais eventos climáticos extremos e possibilidade de observação de greves e outras formas de reivindicação no sector público exigindo reposição do poder de compra das famílias, poderão representar riscos para uma recuperação solida da economia no médio prazo;
- Todavia, espera-se consolidar a retoma do sector turístico e Implementação de alguns projectos do sector primário e sector secundário, visando uma maior estabilidade de oferta de produtos hortícolas, piscatórios, por um lado e, por outro, melhorias de fornecimentos energéticos e a construção de uma refinaria de petróleo;
- Neste âmbito, estima-se uma recessão de 0,3% em 2023, e nos anos seguintes crescimentos de 2,9% (2024) e 4,1% (2025) e 3,2% (2026);
- No que se refere a inflação, com a redução da inflação da Área do Euro e medidas restritivas internas em curso, quer do âmbito monetário como fiscal, bem como a esperada estabilização da oferta do sector primário, perspectiva-se consolidação do processo desinflationista, situando-se na ordem de 21,2% (2023), 12,1% (2024) e 6,5% (2025) e 5,0% (2026).

## 2. Hipóteses e pressupostos técnicos de projeção

A economia nacional tem seguido uma trajectória pré-recessiva desde 2017, impulsionada pela continua deterioração do investimento público, redução do crédito à economia, erosão cada vez mais acentuada das reservas internacionais líquidas (RIL), crises energéticas e efeitos das alterações climáticas sobre o sector agropecuário e pescas.

Em 2023, com a aprovação tardia do Orçamento Geral do Estado (OGE) e ausência do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), factos que até podem conduzir à cortes nos recursos alocados à sectores essenciais (saúde, educação e infraestruturas), aprofundou ainda mais as debilidades estruturais da economia;

Neste contexto, seguido de um crescimento de 0,1% em 2022, a Unidade Macro-Fiscal (UMF) estima uma recessão na ordem de 0,3% em 2023, tendo a última ocorrida em 1990 (-2,2%).

No entanto, a partir de 2024, é esperado um desempenho favorável do sector da industria, resultado, dentre outros factores, de aumento da produção e exportação do óleo de palma, consolidação de produção da fábrica de chocolate da CECAB, a consolidação da produção da Água Bom Sucesso, estabilização na produção e distribuição de energia eléctrica, aumento da capacidade de captação e distribuição de água pela EMAE e a refinação de petróleo. Neste quadro, prevê-se crescimento de 2,9% e 4,1% em 2024 e 2025 respectivamente, e estabilização de 3,2% no período 2026 - 2028.

No que se refere à inflação e as condições monetárias, uma combinação de recentes choques do lado da oferta doméstica poderá anular os efeitos da desaceleração da inflação importada sobre a generalidade dos preços do consumidor praticados em S. Tomé e Príncipe, pelo que é estimado um aumento de 21,2% em 2023, ligeiramente abaixo de 25,2% observado em 2022.

Neste âmbito, é importante destacar o efeito prolongado das enxurradas ocorridas no final de 2021 e início de 2022 sobre a oferta de bens alimentares domésticos, o impacto especulativo (antecipado e *ex post*) da aplicação do IVA, a roptura de stock da gasolina no mercado interno no mês de Junho de 2023, o aumento dos preços dos derivados de petróleo, a roptura de stock no mercado interno de alguns produtos de primeira necessidade importados. Para anos seguintes, a redução da inflação internacional, particularmente na Área do euro, e implementação de medidas programadas para aumentar a produção agrícola e piscatória, complementada com uma política monetária mais restritiva, permitirão que a inflação recue para 12,1% em 2024 e se estabilize em 5% à médio prazo

No âmbito monetário, para reduzir riscos do aumento de liquidez na economia e evitar indexação futura da inflação actual e assegurar a continuidade da ancoragem cambial, o BCSTP comprometeu-se em manter as reservas bancárias excedentárias abaixo de 275 milhões de Dobra através da emissão de Certificados de Depósito

As dificuldades orçamentais verificadas em 2022 exacerbaram o défice primário para 5,7% do PIB. Para 2023, estima-se um défice primário de 1,6% do PIB para 2023, equivalente ao verificado em 2019. Esta redução é explicada essencialmente pelo considerável aumento das receitas correntes para 14,5% do PIB (+0,74 pp) associado à introdução do IVA e cobranças de atrasados à ENCO, ante uma ténue diminuição das despesas correntes para 17,4% do PIB. Espera-se que a consolidação do IVA, o aumento da produtividade com investimentos no sector das indústrias, permitam que o défice primário interno se situe nos próximos três anos em 1,5%, com a possibilidade de se alcançar um superavit, sob a condição de se melhorar a qualidade das despesas públicas.

No que se refere ao sector externo, o défice da balança corrente fixou-se em 33,1 milhões de USD no segundo trimestre de 2023, prevendo-se -72,2 milhões de USD para o ano corrente, equivalente a 18,0% do PIB. A retoma do sector turístico para níveis pré-pandémicos, a implementação de medidas para reverter a situação da RIL em curso e as receitas do sector petrolífero colocarão o défice da conta corrente numa tendência decrescente, prevendo-se que se fixe em 10,61% do PIB em 2026.

### 3. Síntese de previsões macroeconómicas – 2022 a 2025

Tabela 1-Síntese de previsões macroeconómicas (Setembro/2023)

	2021	2022	2023**	2024**	2025**	2026**
<b>Sector Real</b>						
PIB real (taxa %)	1,90	0,07	-0,32	2,95	4,07	3,16
PIB nominal (taxa %)	5,16	16,30	12,93	6,25	3,95	3,03
IPC (v.h. %)	9,51	25,21	21,19	12,1	6,5	5,00
<b>Sector Fiscal (%PIB)</b>						
Receitas Totais	23,81	24,02	21,73	22,93	23,33	22,49
Receitas correntes	14,66	13,72	14,46	14,61	14,56	14,22
Despesas Totais	25,67	26,97	26,13	26,53	28,10	29,52
Despesas correntes	19,07	17,78	17,35	16,32	16,52	16,71
Investimento publicos(%pib)	5,23	7,56	6,91	9,46	10,88	12,16
Saldo primario (%PIB)	-3,44	-2,43	-1,57	-1,08	-1,46	-2,09
Saldo global (após donativo) (%PIB)	-5,92	-4,99	-6,17	-5,23	-6,29	-8,46
Saldo global (Base caixa) (%PIB)	-4,48	-4,99	-6,17	-5,23	-6,29	-8,46
<b>Síntese Monetária Global</b>						
<b>Sector Monetária (%)</b>						
Massa Monetária (M3)	-2,69	9,87	5,88	2,88	1,76	6,29
Activo externo (liquido)	-18,98	-12,38	-4,21	7,80	12,39	13,81
Crédito a Economia	-4,98	-16,03	-18,07	-0,31	1,96	1,91
<b>Sector Externo</b>						
Balança corrente (%PIB)	-20,17	-15,39	-17,98	-13,05	-12,01	-10,61
Balança de bens	-26,11	-26,18	-25,98	-21,20	-18,37	-17,27
Exportações de bens ( f.o.b.)	3,96	4,01	3,65	5,59	11,12	10,59
Importação de bens ( f.o.b.)	30,07	30,19	29,63	26,79	29,48	27,86
Balança de serviços	1,56	3,79	3,81	4,21	2,62	2,70
Balança de capital (%PIB)	5,67	8,21	7,21	6,84	7,48	7,13
Balança financeira (%PIB)	-4,97	-19,19	-10,77	-6,21	-4,53	-3,48

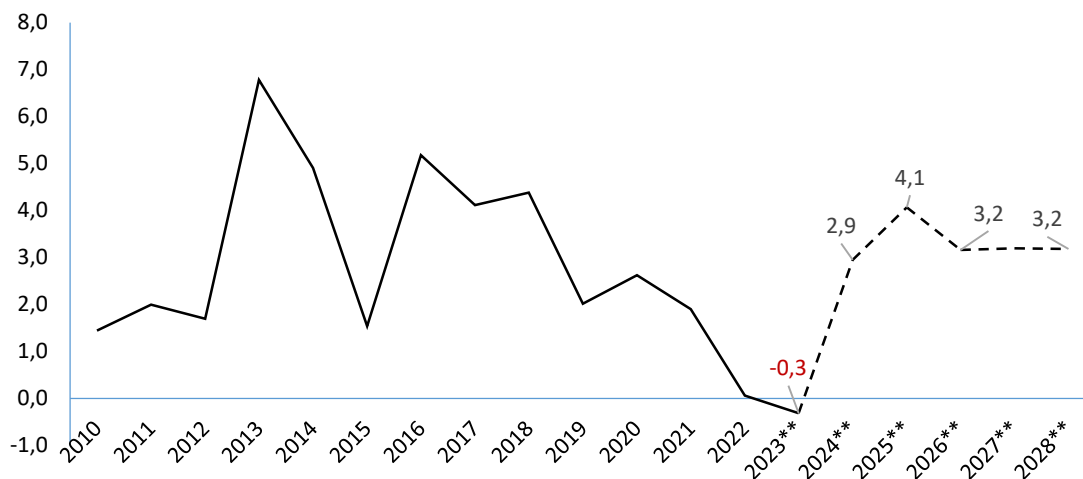
Fonte: UMF (\*estimativas, \*\*previsões)



## 4.A economia de STP de 2023 a 2026

### 4.1 PIB real

Gráfico 1-Projecção do PIB de STP (2023 a 2026)



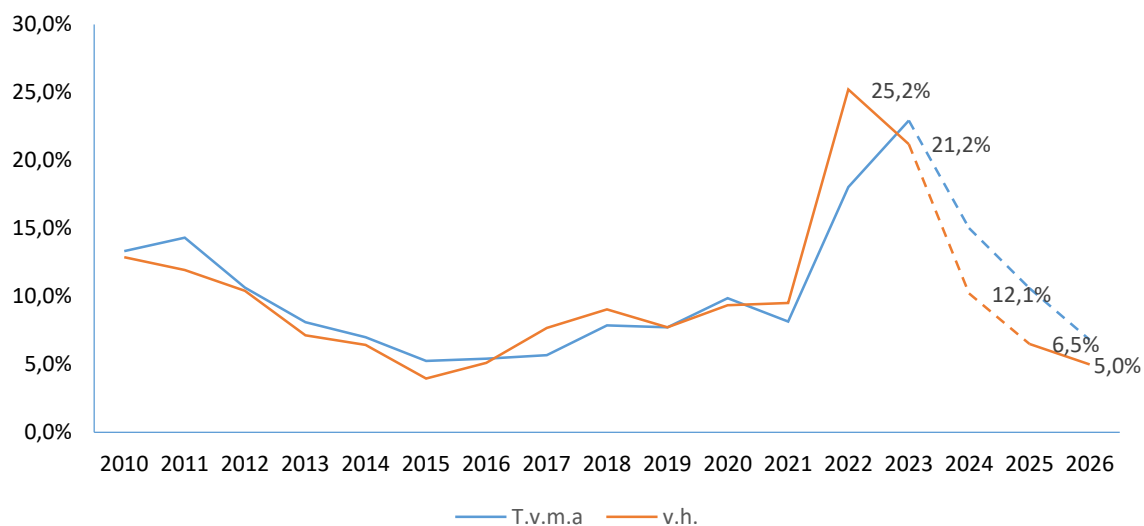
Fonte: INE (\*\*projecção da UMF)

São Tomé e Príncipe atravessa uma das mais profundas crises da sua história recente, prevendo-se que o PIB recue 0,3%, a inflação se situe em 21,2% e as reservas externas permaneçam em mínimos históricos, quadro coincidente com uma conjuntura externa marcada por sobreposição de eventos adversos, alta inflação, deterioração das condições financeiras, riscos de policrises, incertezas e perspectivas de baixo crescimento.

Todavia, no médio prazo, espera-se uma retoma do sector turístico e Implementação de alguns projectos do sector energético (projecto “56 zonas” que visa a substituição da linha de baixa tensão de modo a reduzir a perda técnica em 12%, conclusão do projecto de reabilitação da central do rio contador e o início da produção da central fotovoltaica que irão introduzir na rede aproximadamente 2 e 1,5 megawatt, respectivamente; e, a montagem de uma nova central térmica com capacidade de produção de até 9 megawatt, aquisição de geradores elétricos com perfil para utilização de combustível pesado e gás, com a capacidade de produção de 10 megawatt; construção de uma refinaria de petróleo).

## 4.2 Inflação

Gráfico 2-Projecção da Inflação de STP (2022 a 2025)



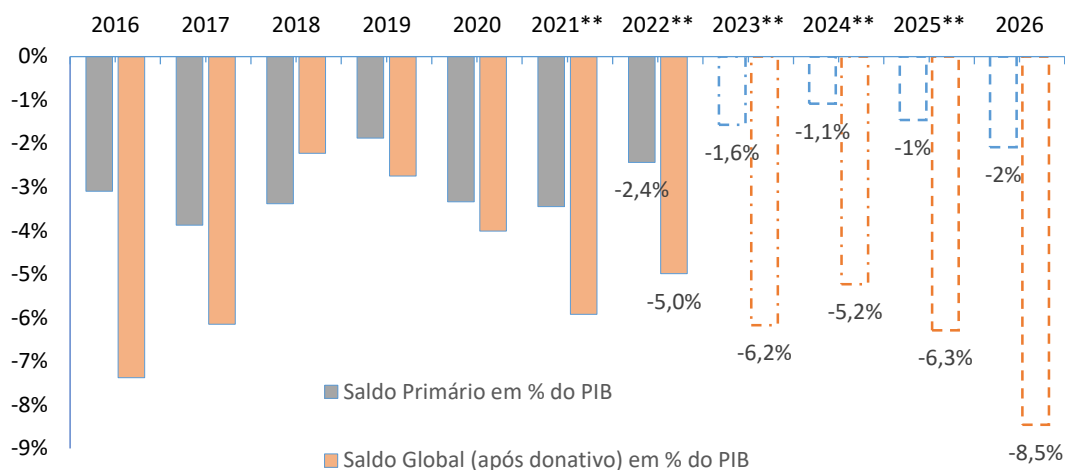
Fonte: INE (\*\*projecção da UMF)

Uma conjugação de factores inerentes à inadequação de medidas fiscais e monetárias, bem como eventos de natureza exógena, têm contribuído para distorção extraordinária do processo inflacionista entre 2021 e 2023, dentre os quais, os choques energéticos global registados os entre 2021 e 2022, o excessivo financiamento do défice público por via do crédito líquido juntos dos bancos domésticos observados (2022), a presença de eventos climáticos extremos (enxurradas de Dezembro de 2021), êxodo das plantações rurais, emigração em larga escala e furtos nas parcelas.

Em contrapartida, o BCSTP intensificou as medidas monetárias restritivas, assentes na absorção de liquidez excedentária e, do lado fiscal, o Governo tem actuado no sentido de redução do défice primário e do seu financiamento através do sistema financeiro doméstico. No médio prazo, espera-se manter o nível de liquidez excedentária do sistema bancário nacional abaixo 275 milhões de Dobras e um superavit do saldo primário, ligeiramente acima de 0,1%. Com efeito, a inflação tenderá aproximar-se de 5,0% no médio prazo.

## 4.3 Défices fiscais

Gráfico 3-Projecção dos défices públicos (2022 a 2025)



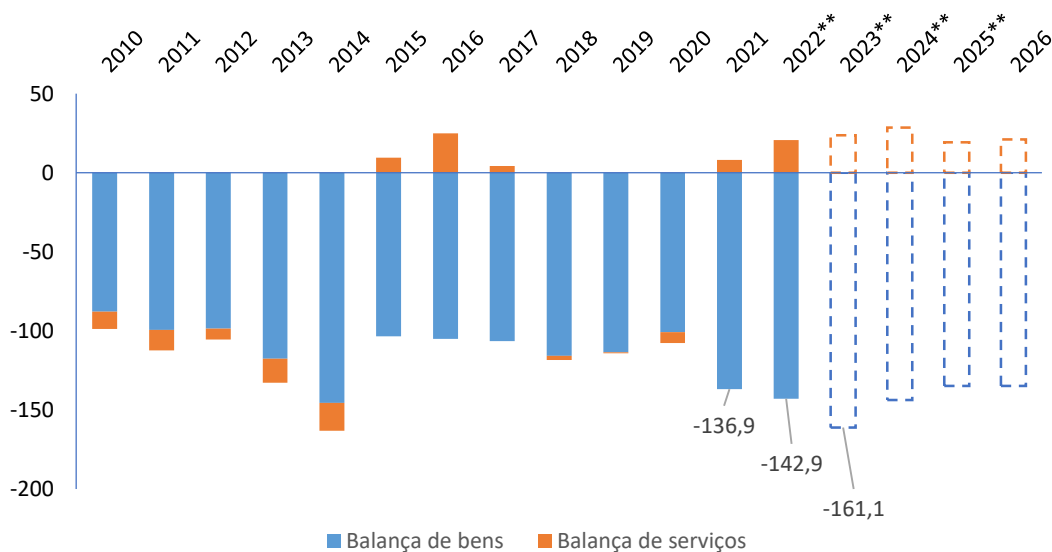
Fonte: INE (\*\*projecção da UMF)

A actual conjuntura é muito semelhante à de uma “Crise Gémea”, em que, por um lado, se está perante um défice público excessivo, e por outro, acumulação dos défices comerciais ao longo dos anos. O quadro descrito se agrava com uma conjugação de factores recentes que acentuaram a pressão fiscal, desde do crescimento da massa salarial, acumulação de responsabilidades do Governo junto à ENCO (que se agravou extraordinariamente com o aumento do diferencial de preços de combustíveis praticados nos mercados internacionais e no país verificados à partir de 2021) e exigência de pagamentos de combustíveis à pronto junto à ENCO à partir de Abril de 2023.

No médio prazo, com a aplicação do IVA, imposto especial sobre o consumo (IEC), IRS especial, e previsão de diminuição do financiamento público através das instituições financeiras domésticas, espera-se uma diminuição do défice primário ao longo do período de projecção.

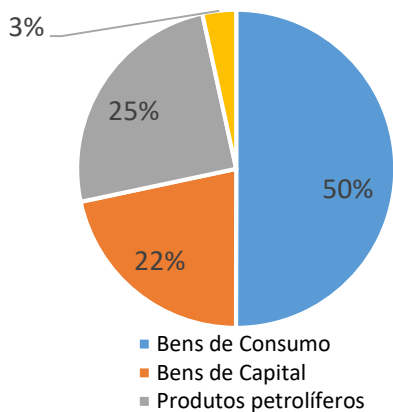
## 4.4 Balança Corrente

Gráfico 4-Projecção da balança corrente (2023 a 2026)



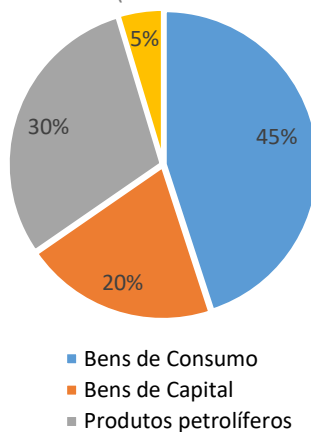
Fonte: INE (\*\*projecção da UMF)

Gráfico 5- Estrutura das Importações (média 2013-2017)



Fonte: BCSTP

Gráfico 6- Estrutura das Importações (média 2021-2022)

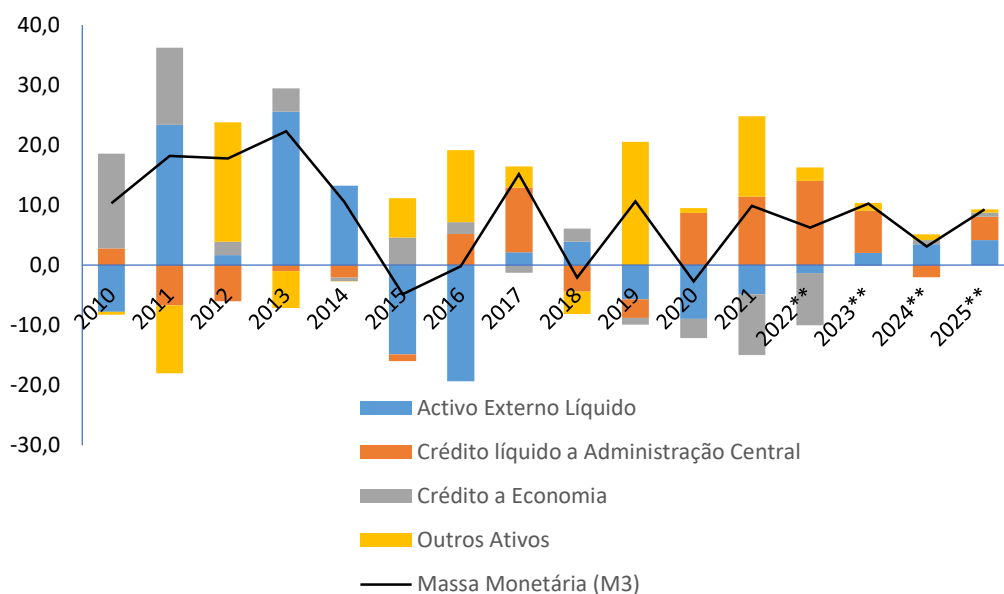


Fonte: BCSTP

Os choques energéticos registados à partir de 2021 acentuaram o défice comercial registado entre 2021 e 2023 e alteraram a estrutura das importações. Todavia, devido à dinâmica global, espera-se melhorias na balança corrente no médio prazo associados à serviços de Turismo.

## 4.5 Oferta de liquidez

Gráfico 7-Projecção da balança corrente (2023 a 2026)



Fonte: BCSTP (\*\*projecção da UMF)

A oferta de liquidez tem reflectido a contração prolongada do crédito à economia e os choques sobre os activos externos líquidos, que em contrapartida, influencia no sentido contrário o crédito líquido ao Governo (CLG).

Entretanto, a manutenção de políticas monetárias restritivas, assentes essencialmente na emissão dos certificados de depósitos para assegurar um nível de reservas excedentárias abaixo de 275 milhões de Dobras e uma inflação próxima de 5,0% no médio prazo, por um lado, e limitação do acesso ao financiamento do défice público através dos bancos, poderão favorecer um crescimento mais estável e moderado da oferta monetária ao longo do período de projecção.

## 5. Conclusão

Apesar da previsão da uma ténue recessão (-0,3%) para o ano 2023 (UMF, Set/2023), São Tomé e Príncipe atravessa uma das mais profundas crises da sua história recente.

Todavia, as projeções de médio prazo apontam para uma recuperação moderada da economia, com o crescimento a situar-se em termos médios a 3,3%.

No que se refere a inflação e a situação monetária e cambial, estando a Dobra ancorada ao Euro desde 2010, a eficácia da convergência nominal passaria necessariamente por uma rigorosa coordenação das políticas monetárias e orçamentais. Todavia, uma conjugação de riscos associados à inadequação de medidas financeiras e eventos de natureza exógena, levando a inflação a atingir valores extraordinários em 2022 (25,2%), estimando-se uma ligeira queda para 21,2% em 2023. No médio prazo, com medidas restritivas em curso, quer do âmbito fiscal como monetário, perspectiva-se uma variação de 5,0%.

Contudo, um conjunto de riscos, quer à nível da envolvente externa como interna, poderão alterar o comportamento expectável da economia São-tomense: no ambiente externo, para além do conflito militar entre a Rússia e Ucrânia, as disputas geopolíticas, e os seus impactos sobre os preços internacionais do petróleo e bens alimentares. No plano interno, incertezas muito assinaláveis relativamente à recuperação das reservas internacionais líquidas para níveis exigidos, excessivo endividamento interno e acentuada pressão sobre novos endividamentos, fraca resiliência da economia à potenciais eventos climáticos extremos, possibilidade de registo de greves prolongadas e outras formas de reivindicação.